

Foz do Chapecó

Foz do Chapecó Energia S.A.



RELATÓRIO FINAL

Programa Novo Rumo – Condicionante 2.10 da LI

SETEMBRO/2011

SUMÁRIO

Apresentação

1. Introdução.....	6
2. Pequeno Histórico e contextualização.....	7
3. Atividades Desenvolvidas até a formulação e início da implantação do Programa.....	8
4. Configuração e Definição do Público Alvo – Programa Novo Rumo.....	9
5. Projetos de Renda.....	13
6. Quadro Resumo dos Projetos.....	17
7. Participação Comunitária e as Comunidades.....	20

Análise Projetos

Fotos

Apresentação

Falar no programa novo rumo é entender toda uma concepção e todas as variáveis e fatores relevantes de uma região que, num primeiro momento necessitava de aporte de recursos, mas principalmente tinha a necessidade de um aprofundamento da discussão do rumo ou do futuro que estava e ainda iria acontecer.

Novo, por que de certa forma é um programa diferente, chama, envolve, discute, permite e é avaliado ainda antes de sua implantação; Rumo, por que existe uma tendência natural para a vida de todo o cidadão, e, por que não, propiciar uma, apenas uma alternativa a mais, sem contar que quando se fala em alternativas, fica difícil enumerá-las, principalmente quando se consegue enxergar o que chamamos, e este é o nosso público, agricultores familiares.

Polan Lacki descreve esta e inúmeras outras justificativas que vêm de encontro ao que embasa o Programa Novo Rumo, entretanto, há mais, muito mais a ser dito e observado quando se fala do programa ou no programa.

A agricultura familiar, que representava e talvez ainda represente 60% do que colocamos na mesa todo o dia, e que gera comparativamente 10 vezes mais lucratividade por área manejada do que a agricultura patronal, ou seja, quando comparamos um hectare de soja, é insignificante comparado a um hectare de uva ou a um hectare de leite a pasto, e assim por diante, para a nossa região vem apresentando uma tendência, muito pelo êxodo que existiu e continua existindo, que é a de envelhecimento no campo, e, vivendo isso, as famílias buscam alternativas em que a ocupação da mão de obra seja menor, como a bovinocultura de leite, a fruticultura e a bovinocultura de corte.

Se entendermos que com R\$ 10.000,00 um agricultor, ou uma família, com um sistema de pastoreio bem dimensionado, e para ser bem dimensionado, não precisa ser requintado, usando até uma estrela africana se consegue um bom resultado, adquire em média um rebanho de 10 a 15 cabeças de bovinos, com 150 kg de peso inicial; aos 90 dias, estes 15 bovinos, sem muito investimento e sem muita mão de obra, estarão pesando 212 kg cada, um ganho de 72 kg/cabeça, que representa um incremento de renda em torno de R\$ 3.596,00 para esta família.

Entretanto, não podemos deixar de ser realista, quando sonhamos com mudanças ou ganhos, e, certamente haverá famílias que talvez não consigam visualizar tais atividades como ganho, assim como, as pessoas que não conseguem perceber o Programa Novo Rumo.

Como tudo que é novo, existem inúmeras dificuldades, mas todas superáveis, primeiro o desafio de fazer, simplesmente fazer, depois o desafio de implantar, agora o desafio de emancipar ou melhorar.



Falar em Novo Rumo é falar em êxito, pois o programa na sua essência busca em parte solucionar as dificuldades dos agricultores e implantar atividades de geração de renda com conhecimento e capacitação, mas também busca fazer com que todas estas atividades sejam compreendidas e trabalhadas e, efetivamente geradoras de resultados, não só financeiros mas como ganhos nas mais diferentes áreas.

O Novo Rumo incrementa toda a matriz produtiva e traduz os arranjos que a agricultura apresenta como alternativa para a sua permanência; quando todo mundo fala que na agricultura familiar apenas 3% irá permanecer, o Novo Rumo, com seus parques recursos, atrai, faz discutir, muda, reúne, faz sonhar, efetiva.

DADOS NUMÉRICOS – NOVO RUMO.

Público inicial: 679 pessoas com direito a participar de um programa de geração de renda;

Público atendido pelo programa Novo Rumo: 662 pessoas

Número de beneficiários: 407

Não beneficiários: 255

% adesão beneficiários: 59,94%

% adesão total (beneficiários + não beneficiários) do público inicial previsto: 97,5%

Previsão gastos conforme adesão beneficiários ao programa: R\$ 4.070.000,00

Gastos efetivados no programa Novo Rumo: R\$ 4.094.375,62

% Gastos: 100,6%

Previsão Renda Anual novo Rumo: R\$ 2.951.366,10

Estimativa de retorno anual péla geração de renda comparado ao valor inicialmente investido: para cada R\$ 1,00 , estima-se o retorno de R\$ 0,72 ao ano.

% inserção de renda dos projetos do programa Novo Rumo nas famílias beneficiárias (quanto se estima que o novo rumo irá gerar de rendimento a mais nas famílias, computando a renda existente) 79,55%

Durante a execução do programa Novo Rumo, foi gerenciado um curso de mecânica de tratores que contou com a presença de dois beneficiários e 18 não beneficiários e que não estão computados nos dados acima descritos; a partir desta capacitação,

muitos agricultores no município de alpestre aderiram a aquisição de microtratores em suas propriedades que resultou num incremento de área e de produção.

As atividades que constituíram os projetos do programa Novo Rumo, foram as mais variadas, sendo disponibilizados os seguintes bens para os beneficiários através dos recursos disponibilizados pela Foz do Chapecó ;

Bovinos de leite (Novilhas, Vacas de raças como Jersey e Holandesa e Mistras) – 726 animais;

Bovinos de Corte (das raças nelore, e mistras, matrizes, novilhos e novilhas) – 805 animais;

Bois de Serviço – para uso na propriedade, principalmente para o trabalho necessário nas propriedades de sistematização de áreas, plantio, lavração, escarificação e outros – 68 animais;

Ovinos (matrizes e corte da raça sufox e outras) – 233 animais

Apicultura – foram disponibilizadas estruturas que servirão de casas de extração de mel, de forma individual e associativa e colméias, bem como enxames e vestuário para a operacionalização da atividade, centrífugas e material para o trabalho de extração – 428 colméias

Estufas para cultivo protegido, estruturas de 500 m² cada – 12 estufas

Oleri: 75000 m²

Citrus: 20,6 há

Banana: 0,6 há

Culturas Anuais: 190 há

Horas máquina pela aquisição de maquinários: 1100 hs

Confecções; 4000 peças

Agroindustrialização: 53700 kg

Piscicultura: 1,3 há

Reflorestamento: 14 há

Prestação de Serviços: 15600 horas

Pesca: 500 kg

1. Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar os resultados do Programa Novo Rumo, implantado pela PROGETA – projetos e Gestão Ambiental Ltda. e pelo SEBRAE, ambos contratados pela Foz do Chapecó Energia S.A. em atendimento a Condicionante 2.10 da Licença Ambiental de Instalação do empreendimento.

Destaca-se que o relatório desenvolve-se em dois volumes: (i) relativo ao Programa Novo Rumo, inicialmente proposto e desenvolvido para atender a condicionante 2.10, como indicado anteriormente, e (ii) relativo a articulação do Programa Novo Rumo e o Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias para as Comunidades com Perda de População, como requerido pelo Ibama no parecer 63/2010, da Licença de Operação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó.

Assim, no volume I serão apresentados os resultados das ações desenvolvidas desde a concepção do Programa para atender a condicionante 2.10, que recebeu o nome de Programa Novo Rumo, voltado para as famílias não enquadradas no Programa de Remanejamento da População. E, no volume II, e seus anexos, estão descritas as ações realizadas para as atividades desenvolvidas para o atendimento a LO, em relação a Fase de Mobilização e Diagnóstico das Comunidades que sofrerão perda de população, a este conjunto de ações denominou-se Programa Comunidades.

2. Pequeno Histórico e contextualização

Com a emissão da Licença de Instalação em dezembro de 2006, o IBAMA definiu a condicionante 2.10 para atendimento às pessoas não enquadradas ao Programa de Remanejamento Populacional – Reassentamento Rural Coletivo ou Carta de Crédito (auto-reassentamento).

Ainda em março de 2007 foram definidas as seguintes premissas:

O público alvo da construção do empreendimento apresenta um universo constituído basicamente por proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros etc. Esse universo terá tratamento diversificado, de acordo com cada enquadramento específico:

- Todos os proprietários e posseiros (com título de posse) serão indenizados totalmente ou parcialmente de acordo com a área alagada. Esta indenização será prioritariamente em dinheiro ou, caso opcional, será por uma das modalidades de reassentamento definidas no acordo.
- Os arrendatários e meeiros, que vêm desenvolvendo suas atividades na área alagada da propriedade, e atenderem os requisitos dos enquadramentos, serão beneficiados por uma das opções de reassentamento, RRC ou CC como definidas no acordo.

Assim, compõem-se o público para as ações de geração de renda, pessoas e famílias com dependência comprovada da atividade rural ou de propriedades que permanecem viáveis.

O IBAMA, considerando as experiências de outros empreendimentos implantados na Bacia do Rio Uruguai, buscou em Foz do Chapecó inovando, atender a uma lacuna que tradicionalmente gerava conflitos ao final da fase de obras, imediatamente antes da emissão da Licença de Operação.

Este fator de conflito trazia como argumento o não atendimento aos não proprietários, não enquadrados para o Programa de Remanejamento Populacional, os quais, assim haviam sido considerados por chegarem ao local do empreendimento após a Licença Prévia, ou por estarem vinculados a mais de uma propriedade, ou ainda por estarem vinculados a uma área remanescente viável, portanto permanecendo com sua condição de renda inicial ou principal fonte de renda.

A determinação desta condicionante antecipa a solução daquele conflito, e possibilita a solução de um problema até então encaminhado através da

interferência do Ministério Público ou por acordos sociais, ou monetários para e pós Licença Ambiental de Operação.

A Foz do Chapecó atendendo aos termos explícitos da LI fez a proposição do Programa, como solicitado em 90 dias. Avançou em relação à condicionante, quanto à implantação da condicionante 2.10 – mediante a proposição de um Programa de Capacitação e Geração de Renda – assim a FCE em atendimento ao IBAMA terá coberto todo o universo de público que sofre alguma interferência pela construção de um empreendimento hidrelétrico. Sejam os proprietários para os quais já existem procedimentos indenizatórios consolidados, seja os não proprietários que tem alternativas para acender social e economicamente a condição de proprietário em compensação a perda de vínculo para a renda, e agora para àqueles que têm alguma redução nas alternativas e possibilidades de renda, apresenta-se a condição de associativamente alcançar uma nova condição para complementação da renda ou optar livremente por uma capacitação que encaminhe possibilidades de complementação de renda. Com efeito, a alternativa apresentada pela FCE possibilita melhoria da condição de trabalho e produção em outra área, complementar àquela originária a qual permanece vinculado o beneficiário do programa, ou permite alcançar uma nova alternativa de renda (industrial, serviços ou agrícola).

3. Atividades Desenvolvidas até a formulação e início da implantação do Programa

Desde meados de 2007 foram necessárias diversas atividades em busca da consolidação deste programa, até iniciar-se efetivamente as atividades de campo no mês de maio de 2008.

Alguns pontos a destacar que auxiliaram na definição das diretrizes e do desenho atual do Programa:

(I) Inicialmente, em atendimento a LI, no período de setembro a março de 2007-2008 foram desenvolvidas discussões, estudos e reuniões com MME e IBAMA até formular uma proposta de Programa, como estabelecido na LI, e como resultou implantado;

(II) Entre março e maio de 2007 foi contratada PROGETA – Projetos e Gestão Ambiental Ltda. para a proposição e desenvolvimento da proposta de Programa;

(III) Concomitante, sugeriu a promoção de parcerias com instituições como o SEBRAE na busca de definição de modelos de Incubadoras de desenvolvimento rural e industrial;

(IV) Na seqüência, e em paralelo a PROGETA e a FCE desenvolveram pesquisas e modelagem de projetos, em continuidade a proposta de Programa apresentada ao IBAMA considerando quatro linhas de atividades: (a) agricultura e/ou agroindústria;

(b) industrialização; (c) serviços – pintura, carpintaria, pedreiro, eletricista, etc.; e (d) especiais – por recorte de gênero, faixa etária e/ou atividade prévia. Buscando a possibilidade para desenvolvimento de serviços a serem promovidos em complementação de renda, em horários alternativos à atividade domiciliar ou rural;

(V) Em março, iniciou-se o aprofundamento da pesquisa para definição do público alvo, considerando a necessidade de realização e aplicação de entrevistas mediante a aplicação de questionário. Este questionário foi aplicado desde abril até novembro/2008, junto a todas as famílias pré-identificadas no CSE e nos Estudos de Caso (cerca de 680);

(VI) Paralelamente, foram realizadas reuniões da FCE com o SEBRAE consolidando-se a assinatura de convênio, visando à implantação dos projetos e o desenvolvimento de estudos de mercado, os quais foram desenvolvidos conjuntamente entre PROGETA e SEBRAE;

(VII) Desde então, novembro de 2008 até setembro de 2011, ao longo de aproximadamente três anos foram implantados projetos conforme está detalhado, a seguir neste relatório.

Destaque-se, que neste último ano, de setembro de 2010 a setembro de 2011, além das ações realizadas para a conclusão do Programa Novo Rumo, inseriu-se por contrato a demanda de atendimento a condicionante da LO para o atendimento – Mobilização e Diagnóstico para implantação de projetos de renda numa perspectiva comunitária, para as comunidades impactadas pela redução do número de famílias. Conforme indicado no parecer nº 63/2010 da LO da UHE Foz do Chapecó. Neste contexto, e considerando as diretrizes do Programa 20 – Apoio as Atividades Agropecuárias, criou-se o “Programa Comunidades” para o qual a PROGETA foi contratada para desenvolver. Assim, tem-se o presente Relatório I que se refere aos Resultados do Programa Novo Rumo e o Relatório II, relativo a Fase I do Programa Comunidades, que se refere a Mobilização e Diagnóstico do grupos de interesse.

4. Configuração e Definição do Público Alvo – Programa Novo Rumo

Com a análise dos cadastros sócio-econômicos e dos estudos de caso visando à configuração do público alvo para aplicação do questionário vocacionado foi possível identificar o número de pessoas/famílias por município a serem participantes ou beneficiárias do programa. Registre-se, a configuração e delimitação do público-alvo constituía-se uma das partes mais delicadas do trabalho, considerando o ineditismo e o momento, necessário para início da implantação e viabilização dos projetos, dependente da construção de relações de confiança entre empreendedor e público alvo.

A proposta apresentada para as pessoas/famílias entrevistadas indicou as seguintes referências:

Público: Os não proprietários cadastrados apenas em 2005 e não enquadrados no Programa de Remanejamento de População.

Critério: Terem sido cadastrados em 2005, não enquadrados nos critérios de acesso ao Programa de Remanejamento da População – Carta de Crédito ou Reassentamento Rural Coletivo (por possuírem vínculo com mais de uma propriedade, ou a área remanescente da propriedade atingida a qual estão vinculados), que continuaram vinculados a terra, na região e localidades de origem. Podendo participar do programa 01 (uma) pessoa por família (por opção manifesta da família, podendo ser a mãe, ou o filho, ou a filha ou o pai), em projeto de renda ou projeto de capacitação.

Definido este recorte, a FCE por deliberação estabeleceu, como referência, o valor de cinco milhões de reais como verba para apoio a implantação dos projetos, ou um valor de aproximadamente dez mil reais por beneficiário, bem como em situações específicas de necessidade extrema, e disponibilidade de áreas remanescentes na região de entorno imediato do projeto, com a cessão de áreas para sua implantação.

Entretanto, com o desenvolvimento dos trabalhos, a formação dos grupos e associações para configuração e viabilização dos projetos, verificou-se o interesse e a adesão de outras pessoas que não constam da lista de beneficiários (cadastro 2005). Não se configurando estes, portanto como beneficiários. Mas por uma decisão e interesse dos grupos para a organização das associações, sendo de sua exclusiva responsabilidade a inclusão destes às associações, sem direito ao benefício financeiro oferecido pela FCE para consolidação dos projetos.

Com base naqueles critérios iniciou-se o processo de entrevistas e realização de reuniões com grupos por município e comunidades, para sensibilização e apresentação da proposta de Programa, até novembro de 2008 participaram cerca de 900 pessoas.

Quadro 01 – Quadro inicial - referência para as entrevistas

Município	Número de pessoas a serem entrevistadas
Águas do Chapecó/SC	12
Alpestre/RS	98
Caxambu do Sul/SC	92
Chapecó – SC	92
Eral Grande/RS	34
Faxinalzinho/RS	23
Guatambu /SC	15
Itá/SC	07
Itatiba do Sul/RS	36
Nonoai /RS	84
Paial/SC	47
Rio dos Índios/RS	142
TOTAL	642 pessoas/famílias*

(*)Este foi o número adotado para o planejamento e a logística de início das visitas às famílias cadastradas por município, este número evoluiu após as entrevistas para 680, conforme o quadro 02.

Quadro 02 – Situação do público cadastrado

Situação	MUNICÍPIOS												TOTAL
	Águas de Chapecó	Caxambu do Sul	Guatambu	Chapecó	Paial	Itá	Alpestre	Rio dos Índios	Nonoai	Ervai Grande	Faxinalzinho	Itatiba	
PÚBLICO EXCLUÍDO DO PROGRAMA CAPACITAÇÃO E RENDA													
Falecidos	0	1	0	0	2	0	3	0	2	0	1	1	10
Que se mudou da região e/ou não foi localizado	3	27	4	25	11	2	17	38	20	7	8	6	168
Não interessado no Programa	1	8	3	4	3	1	19	11	9	2	5	0	66
Beneficiários em outros Programas													
Como Beneficiário (Enquadrados pela Paritaria)	0	7	1	8	1	2	16	11	5	6	1	3	61
Enquadrado como Caso Social	2	6	0	1	0	0	2	2	0	0	0	0	13
Sub-total	6	49	8	38	17	5	57	62	36	15	15	10	318
PÚBLICO EFETIVO P/ O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E RENDA													
Em Projetos de Renda Implantados	3	13	3	17	7	0	9	18	19	4	0	12	105
Em Projetos de Renda em Fase de Implantação	0	4	0	0	3	1	0	11	2	3	0	0	24
Público que ainda não aderiu ao Programa	3	26	4	36	20	1	32	51	27	11	8	14	233
Sub-total	6	43	7	53	30	2	41	80	48	18	8	26	362
TOTAL GERAL	12	92	15	91	47	7	98	142	84	33	23	36	680

5. Projetos de Renda

A concepção e proposição de projetos para geração de renda tem sido desafio de várias instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais (BB, PETROBRAS, IFC, BID e BIRD, por exemplo), da proposição de políticas públicas, privadas e de organizações não-governamentais.

Especial atenção tem sido dedicada às regiões de vulnerabilidade social, entre elas às famílias rurais que sofrem a pressão do agronegócio e a necessidade de capacitação, gerenciamento e sistematização da produção. Além da demanda e de um novo ciclo de êxodo rural de jovens, motivado pelas novas oportunidades de trabalho, do processo intenso de informatização, nas áreas urbanas e grandes centros.

No caso do Programa de Capacitação e Geração de Renda da Foz do Chapecó, devido a localização do empreendimento, a proximidade de um pólo regional – a cidade de Chapecó, a agroindústria e a diversidade de oportunidades entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina nesta microrregião, a proposta requeria uma visão estratégica e uma tática para a adesão e viabilização. Assim, foram definidas três diretrizes:

- (I) A proposição de projetos associativos, tanto na etapa da produção ou na comercialização;
- (II) O aporte e o apoio inicial da FCE com recursos financeiros e/ou áreas para implantação de projetos; e
- (III) A possibilidade de participação e integração às comunidades.

a. Principais linhas de interesse de atividade agrícola (identificadas e realizadas)

Bovinocultura de Leite

A produção de leite deverá ser feita de forma individual. Porém, a compra de insumo e a comercialização deverão ser realizadas de forma coletiva, o que possibilitará melhores preços, pois os produtores vendem não obrigatoriamente para o mesmo comprador.

Produção de tomate em estufa

O tomate produzido em estufa é diferenciado do tomate produzido por cultivo convencional, inclusive quando se trata de valor de mercado, por ser possível a

produção fora da safra. Normalmente é um tomate com melhor aparência e com menor utilização de agrotóxico.

Apicultura

As propriedades estão sendo estruturadas para receberem a atividade de apicultura. Os equipamentos serão repassados depois da capacitação dos produtores para praticar a atividade.

O projeto prevê a construção de unidades de extração de mel, que deverão ser localizadas estrategicamente para atingir produtores do entorno. A comercialização também deverá ser coletiva e, com isso, os preços dos produtos devem ser melhores.

Fruticultura

A região do vale do rio Uruguai possui um clima diferenciado e há uma tradição na produção de fruticultura, tanto no Estado de Santa Catarina como no Rio Grande do Sul.

Esta diferenciação climática permite uma produção diversificada e espalhada pelas propriedades e áreas remanescentes cedidas ou próprias, individuais ou associativas. E, a produção permite a utilização de tempos livres e escalas de horários dos participantes.

Alem disso existem diversas alternativas e oportunidades para a comercialização, e para o aproveitamento da cadeia do produto.

Equipamentos e Implementos para uso coletivo

A escassez de mão de obra e as características da topografia local, especialmente no trecho final do reservatório, municípios de Itatiba do Sul, Paial e Ita, tornam a atividade agrícola penosa e onerosa, exigindo na maioria das vezes a ajuda de equipamentos, nem sempre disponíveis para locação no momento necessário. O fornecimento de equipamentos para uso dos participantes da associação, nas suas propriedades e para locação nas horas livres, constitui efetivo ganho de renda como qualificação e melhoria da produtividade.

b. Estratégia de Viabilização dos Projetos – Associativismo

A característica do processo histórico de ocupação da região de implantação da Usina Foz do Chapecó configurou, especialmente no lado catarinense, a presença da pequena e média propriedade e a organização do trabalho familiar, realidade que já não ocorre com a mesma intensidade no lado gaúcho, onde ainda se estabelecem com mais intensidade grandes propriedades e o modelo de contratação de mão de obra ou a troca de serviços.

Da mesma forma, a organização do trabalho familiar e a pequena propriedade viabilizaram o sistema de integração e a agroindústria, a qual esta menos presente no lado gaúcho. Por outro lado, a origem italiana e alemã trouxe a experiência e a visão do trabalho coletivo, porém existe certa resistência ao associativismo, especialmente pela falta de informação e a busca do benefício individual, o sentido de propriedade.

Porém, a alternativa e as estratégias contemporâneas para produção disseminadas e divulgadas pelas instituições de fomento e assistência técnica, defendem que o associativismo se torna a forma mais viável para enfrentar as atuais disputas de mercado.

Assim, considerando a alternativa e as diretrizes da condicionante 2.10, em atender às famílias sem a característica do reassentamento, a hipótese viável passou a ser, a implementação de projetos coletivos ou associativos, apesar da resistência inicial dos participantes. Esta resistência configura-se especialmente a partir da falta de informação, o que foi sendo superado a partir de três prerrogativas:

- (I) A vinculação do acesso aos recursos disponibilizado pela FCE, apenas mediante a formação da associação;
- (II) A participação e formação da associação vinculada, e o acesso aos recursos mediante a participação em capacitação para associativismo;
- (III) A necessidade de um instrumento legal registrado, o estatuto para acesso aos recursos e quitação da condicionante.

Quadro 03 – Status das Associações e Regimento Interno

PROJETO		MUNICIPIO	CNPJ	Situação Regimento
Nº	NOME			
3	Associação Nova Esperança	Chapeco-SC	12.971.427/0001-16	Concluído
5	Associação Porto Caxambu	Caxambu do Sul- SC	13.250.445/0001-07	Concluído
6	Associação Alto da Serra	Nonoai-RS	11.660.440/0001-91	Concluído
7	Associação Araucaria	Caxambu do Sul- SC	10.867.675/0001-96	Concluído
10	Associação Usina de Leite Saltinho do Uruguai	Aguas do Chapecó-SC	11.391.253/0001-50	Concluído
R11	Associação Mista de Caxambu	Caxambu do Sul- SC	11.890.165/0001-00	Concluído
15	Associação Estancia São Pedro	Nonoai-RS	12.775.407/0001-70	Concluído
18	Associação Clube de Mães Reviver	Guatambú-SC	01.556.959/0001-70	Concluído
20	Associação Entre Rios	Erval Grande-RS	11.851.159/0001-36	Concluído
21	Associação Vizinhos do Rio Jacutinga	Erval Grande-RS	nao consta*	Concluído
22	Associação Saltinho da Neblina	Rio dos Índios-RS	12.007.017/0001-50	Concluído
23	Associação Barra do Tamandua	Itatiba do Sul-RS	11.194.551/0001-50	Concluído
27	Associação Cabanha Tropeiros do Uruguai	Rio dos Índios-RS	11.661.168/0001-58	Concluído
28	Associação Barra Grande	Paial-SC	11.351.222/0001-75	Concluído
31	Associação Barra do Ariranhazinho	Paial-SC	12.083.030/0001-98	Concluído

R32	Associação Praia Bonita	Erval Grande-RS	nao consta*	Concluído
33	Associação Beira Lago	Paial-SC	13.209.811/0001-49	Concluído
39	Associação Ilha da Rapadura	Rio dos Índios-RS	12.381.409/0001-84	Concluído
40	Associação Produtores Amigos da Natureza	Chapeco - SC	11.308.067/0001-04	Concluído
42	Associação Unidos Pelo Trabalho	Chapeco - SC	11.585.787/0001-17	Concluído
43	Associação Ilha do Saltinho	Rio dos Índios-RS	13.048.449/0001-71	Concluído
R44	Associação Cabanha De Col	Rio dos Índios-RS	12.233.270/0001-21	Concluído
47	Ass. APCL - Ass. Prod.de Leite de Caxambú	Caxambu do Sul- SC	11.427.139/0001-32	Concluído
49	Associação Heranças do Goio-em	Chapeco-SC	nao consta*	Concluído
50	Associação Achemel- Ass. Chalana do Mel	Chapeco - SC	11.257.502/0001-19	Concluído
51	Associação Recanto dos Lutadores	Chapeco-SC	13.019.390/0001-93	Concluído
53	Associação Sentinela da Laguna	Rio dos Índios-RS	11.417.654/0001-31	Concluído
54	Associação Navegantes	Paial-SC	12.799.469/0001-11	Concluído
55	Associação Alto do Porto	Rio dos Índios-RS	11.407.206/0001-57	Concluído
R56	Associação de Ovinocultura Novo Rumo	Caxambu do Sul- SC	11.895.958/0001-04	Concluído
R57	Associação Volta Grande	Caxambu do Sul- SC	não consta*	Concluído
R58	Associação Alto Alegre	Alpestre-RS	11.845.560/0001-63	Concluído
R59	Associação Ponto Norte	Alpestre-RS	11.821.050/0001-56	Concluído
R60	AGRIALPES - Ass. De Agricultores de Alpestre	Alpestre-RS	12 558 824/0001-60	Concluído
R61	Associação Amigos da Linha Riva	Alpestre-RS	12 546 660/0001-51	Concluído
R62	Associação Igualdade a Todos	Paial-SC	12.415.959/0001-77	Concluído
R65	Associação de Criadores Tope da Serra	Nonoai-RS	12.057.943/0001-30	Concluído

*Associações que passaram por processo de desmembramento, ou dificuldades para atender as solicitações dos cartórios. Os n.º dos CNPJs encontram-se nas pastas dos documentos impressos.

Se considerarmos a possibilidade de trabalho durante o ano todo em uma jornada de 40 horas semanais, qualquer um dos participantes teria uma rentabilidade média de R\$ 755,64, o que torna os projetos de geração de renda muito atrativos, considerando que no sistema atual a renda familiar mensal média, das pessoas vinculadas ao programa gira em torno de R\$ 200,00 a R\$ 300,00.

Portanto, o Programa trouxe oportunidade e potencializa para os participantes condições para uma nova atividade, a qual pode se configurar, inclusive como a principal fonte de renda e não tão somente como forma de complementação. Obviamente, dependendo de como o grupo, a associação irá apropriar os recursos destinados para este fim. A Gestão dos Projetos, certamente dependerá de como as atividades serão conduzidas, mas certamente, poderá continuar a complementar e gerar renda às famílias participantes.

6. Quadro Resumo dos Projetos

A seguir apresenta-se o quadro geral, resumo de todos os projetos implantados, indicando nº do projeto, nome da associação, localidade, município, previsão orçamentária, valor gasto, saldo, nº de beneficiários, nº de não beneficiários, total de participantes por associação, atividades previstas e Estimativas (renda anual e percentual de inserção).

Quadro 04 – Lista Geral

Projeto	Nome Associação/Grupo	Localidade	Município	Previsão Orçamentária			Beneficiários	Não Beneficiários	Total Participantes	Atividades Previstas	Estimativas		Nr	St
				Cte Nº Beneficiários	Valor Gasto	Saldo					Renda Anual	% Inserção		
1	Associação Alto da Boa Vista	Volta Grande	Alpestre (RS)	R\$80.000,00	R\$79.945,15	R\$54,85	8	2	10	Horticultura, Bovinocultura de Leite, Apicultura e Culturas Anuais	R\$ 30797,60	66,84	1	A
2	Associação Pontal da Serra	Lajeado Grande	Alpestre - RS	R\$100.000,00	R\$99.978,50	R\$21,50	10	9	19	Culturas anuais, Viticultura, Apicultura e Turismo	R\$ 38216,0	30,05	1	A
3	Nova Esperança	Alto do Capinzal	Chapecó	R\$40.000,00	R\$40.000,00	R\$0,00	4	8	12	Fruticultura e Bovinocultura de Leite	R\$ 39525,0	98,81	1	I
4	Associação Encontro das Águas	Lajeado Bonito	Águas de Chapecó - SC	R\$350.000,00	R\$349.947,03	R\$52,97	35	6	41	Cultivo Protegido, Apicultura	R\$ 53100,0	26,55	1	A
5	Associação Porto Caxambú	Porto Caxambú	Caxambú do Sul	R\$50.000,00	R\$50.000,00	R\$0,00	5	2	7		R\$ 45000,0	59,56	1	I
6	Alto da Serra	Tope da Serra	Nonoai	R\$90.000,00	R\$89.485,23	R\$514,77	9	0	9	Horticultura, Bovino de Leite e Corte e confecções	R\$ 55450,0	61,61	1	I
7	Associação Araucária	Linha Tafarel	Caxambú do Sul	R\$30.000,00	R\$30.000,70	-R\$0,70	3	4	7	Bovinocultura de Leite, Piscicultura	R\$ 31900,0	45,57	1	I
8	Barra do Lamedor	Linha Lamedor	Caxambú do Sul	R\$50.000,00	R\$50.366,00	-R\$366,00	5	5	10	Derivados de Cana de Açúcar	R\$ 50000,0	152,91	1	A
9	Tope da Serra	Tope da Serra	Nonoai - RS	R\$40.000,00	R\$40.000,00	R\$0,00	4	3	7	Fruticultura e Culturas Anuais (trator uso coletivo)	R\$ 40480,0	74,13	1	A
10	Associação Usina do Leite	Águas de Chapecó	Águas de Chapecó	R\$110.000,00	R\$110.090,00	-R\$90,00	11	3	14	Bovinocultura de Leite	R\$ 100925,0	84,10	1	I
R11	Associação Mista de Caxambú	Várias Linhas	Caxambú do Sul	R\$130.000,00	R\$130.489,12	-R\$489,12	13	0	13	Bovinocultura de Leite	R\$ 37150,0	28,58	1	I
12	Recanto Feliz	Tope da Chalana	Nonoai - RS	R\$70.000,00	R\$70.243,50	-R\$243,50	7	1	8	Bovinocultura de Leite	R\$ 33440,0	212,59	1	M
13	Cabanha da Serra	Tope da Chalana	Nonoai - RS	R\$30.000,00	R\$30.183,50	-R\$183,50	3	4	7	Caprinocultura	R\$ 15750,0	66,51	1	I
14	Unidos para Vencer	Olhos D'água	Nonoai- RS	R\$10.000,00	R\$18.497,20	-R\$8.497,20	1	6	7	Morango, Fruticultura, Culturas Anuais, Apicultura	R\$ 4800,0	40,00	1	A
15	Estância São Pedro	Linha Menezes	Nonoai	R\$40.000,00	R\$39.966,60	R\$33,40	4	3	7	Derivados de Cana de Açúcar	R\$ 54525,0	121,17	1	A
16	Amigos do Uruguai	Linha Menezes	Nonoai - RS	R\$40.000,00	R\$40.000,00	R\$0,00	4	4	8	Citricultura, Reflorestamento	R\$ 15000,0	62,50	1	A
17	Porto das Balsas	Linha Chalana	Guatambú - SC	R\$40.000,00	R\$40.000,00	R\$0,00	4	3	7	Viticultura e Bovinocultura de Leite	R\$ 37200,0	53,84	1	M
18	Reviver	Linha Chalana	Guatambú	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$0,00	1	29	30	Artesanato e Bovino de Leite	R\$ 27050,0	90,17	1	A
19	Produtores das Três Pontes	Linha Goio En	Erval Grande	R\$50.000,00	R\$50.001,00	-R\$1,00	5	4	9	Citricultura e Bovinocultura de Corte	R\$ 41200,0	20,60	1	A
20	Entre Rios	Praia Bonita	Erval Grande	R\$30.000,00	R\$30.000,00	R\$0,00	3	4	7	Bovinocultura de Corte	R\$ 35000,0	100,00	1	I
21	Vizinhos do Rio Jacutinga	Linha Caruso	Erval Grande	R\$20.000,00	R\$20.000,00	R\$0,00	2	5	7	Derivados de Cana de Açúcar	R\$ 24400,0	122,00	1	I
22	Saltinho da Neblina	Saltinho II	Rio dos Índios	R\$70.000,00	R\$69.989,45	R\$10,55	7	4	11	Bovinocultura de Corte e Leite	R\$ 69100,0	127,96	1	I
23	Barra do tamanduá	Porto Mauá	Itatiba do Sul	R\$30.000,00	R\$30.000,00	R\$0,00	3	7	10	Reflorestamento e Fruticultura, processamento mandioca	R\$ 131440,0	87,63	1	I
24	Associação Volta do Uruguai	Linha Saltinho	Itatiba do Sul	R\$40.000,00	R\$43.300,00	-R\$3.300,00	4	3	7	Culturas anuais (Equipamento de uso Coletivo) e Bov. Leite	R\$ 24000,0	53,33	1	A
25	Barra do Rio Pitanga	Linha Pitanguinha	Itatiba do Sul	R\$30.000,00	R\$29.939,34	R\$60,66	3	4	7	Bovinocultura de Leite e Reflorestamento	R\$ 13725,0	41,59	1	M
27	Cabanha dos Tropeiros do Alto Uruguai	Linha Fátima	Rio dos Índios	R\$30.000,00	R\$30.150,00	-R\$150,00	3	8	11	Bovinocultura de Corte e Leite e Ovinocultura	R\$ 11050,0	34,53	1	I
28	Associação Barra Grande	Barra Grande	Paial	R\$100.000,00	R\$99.999,64	R\$0,36	10	1	11	Bovinocultura de Leite	R\$ 50575,0	72,25	1	I
29	Associação Beira Rio	Linha Beira Rio	Paial - SC	R\$40.000,00	R\$41.150,00	-R\$1.150,00	4	5	9	Culturas anuais (Equipamento de uso Coletivo) e Bov. Leite	R\$ 24000,0	68,57	1	A
30	Associação Bom Sucesso	Linha Poço Redondo	Paial	R\$30.000,00	R\$34.574,38	-R\$4.574,38	3	7	10	Cultivo Protegido e Cana de Açúcar	R\$ 40000,0	266,67	1	A
31	Barra do Ariranzinho	Linha Ponte Preta	Paial	R\$40.000,00	R\$40.000,00	R\$0,00	4	4	8	Bovinocultura de leite	R\$ 18300,0	55,45	1	I
R32	Associação Praia Bonita	Praia Bonita	Erval Grande	R\$50.000,00	R\$50.000,00	R\$0,00	5	3	8	Bovino de Leite	R\$ 29125,0	58,25	1	I
33	Associação Beira Lago	Linha Pinheirinho	Paial	R\$60.000,00	R\$59.998,08	R\$1,92	6	2	8	Bovinocultura de Leite	R\$ 45000,0	75,00	1	A
34	Associação Sabor da Natureza	Linha Beira Rio- Centro	Paial	R\$30.000,00	R\$32.306,65	-R\$2.306,65	3	8	11	Cultivo Protegido e Bovinocultura de Leite	R\$ 30100,0	47,59	1	A
35	Cabanha São Roque	Linha Bom Retiro	Rio dos Índios	R\$50.000,00	R\$52.501,66	-R\$2.501,66	5	4	9	Bovinocultura de Corte	R\$ 58800,0	16,33	1	M
36	Produtores de Alimentos Orgânicos	Linha Majolo	Rio dos Índios	R\$30.000,00	R\$29.999,69	R\$0,31	3	4	7	Produção de Mandioca e Derivados de Cana	R\$ 98587,50	208,87	1	A
37	Corredeiras do Alambique	Saltinho	Itatiba do Sul	R\$20.000,00	R\$21.370,00	-R\$1.370,00	2	8	10	Bovino de Leite e Suíno (Equipamento de uso Coletivo)	R\$ 14400,0	62,61	1	A
38	Quedas do Saltinho	Linha Saltinho	Itatiba do Sul	R\$30.000,00	R\$30.199,00	-R\$199,00	3	5	8	Culturas Anuais e Suíno(Equipamento de uso Coletivo)	R\$ 14400,0	45,00	1	A
39	Ilha da Rapadura	Saltinho	Rio dos Índios	R\$60.000,00	R\$59.999,10	R\$0,90	6	4	10	Bovinocultura de Leite	R\$ 38700,0	92,14	1	I

40	Produtores Amigos da Natureza	Almeida, Quadros e B. Rio	Chapecó	R\$230.000,00	R\$229.999,99	R\$0,01	23	2	25	Bovinocultura de leite e Apicultura, Ovinocultura, Bov. Corte	R\$ 161550,0	80,78	1	I
41	Associação prod. Leite Schmidt e Baú	Linha Quadros	Chapecó- SC	R\$20.000,00	R\$20.200,35	-R\$200,35	2	5	7	Bovinocultura de Leite	R\$ 18300,0	61,00	1	I
42	Unidos pelo Trabalho	Barra da Chalana	Chapecó - SC	R\$40.000,00	R\$40.014,86	-R\$14,86	4	5	9	Bovino de Leite e Caprinocultura e Produção Mandioca	R\$ 10025,0	50,13	1	I
43	Ilha do Saltinho	Saltinho Bela Vista	Rio dos Índios	R\$50.000,00	R\$50.000,00	R\$0,00	5	4	9		R\$ 39125,0	73,82	1	I
R44	Cabanha de Col	Encruzilhada Saltinho	Rio dos Índios	R\$210.000,00	R\$209.998,00	R\$2,00	21	1	22	Bovino de Corte e Leite, Piscicultura, Culturas Anuais	R\$ 184850,0	108,74	1	I
45	Produtores Agroecológicos do Alto Uruguai	Bom Retiro	Rio dos Índios	R\$120.000,00	R\$120.023,94	-R\$23,94	12	1	13	Bovinocultura de Leite	R\$ 48450,0	40,38	1	M
46	Produtores Rurais de Bom Retiro	Bom retiro	Rio dos Índios	R\$40.000,00	R\$39.982,00	R\$18,00	4	3	7	Bovinocultura de Leite	R\$ 25925,0	57,61	1	I
47	APLC	Caxambú	Caxambú	R\$160.000,00	R\$159.999,99	R\$0,01	16	0	16	Bovinocultura de Leite e Avicultura	R\$ 67100,0	91,92	1	I
49	Heranças do Gio - Em	Goio - Em	Chapecó	R\$130.000,00	R\$129.816,94	R\$183,06	13	0	13		R\$ 156000,0	131,31	1	I
50	Achamel	Barra da Chalana	Chapecó	R\$20.000,00	R\$19.966,50	R\$33,50	2	6	8	Apicultura	R\$ 11340,0	37,80	1	I
51	Associação recanto dos Lutadores	Linha Goio En	Chapecó	R\$50.000,00	R\$49.634,90	R\$365,10	5	3	8		R\$ 33275,0	133,10	1	I
52	Rumo ao Desenvolvimento	Linha Saltinho	Itatiba do Sul	R\$40.000,00	R\$40.000,00	R\$0,00	4	4	8	Citricultura , culturas anuais (Equipamento de Uso Coletivo)	R\$ 16800,0	52,50	1	A
53	Sentinela da Laguna	Linha Fátima	Rio dos Índios	R\$130.000,00	R\$129.989,92	R\$10,08	13	0	13	Bovinocultura de Leite	R\$ 96400,0	65,45	1	I
54	Navegantes	Poço Redondo	Paial	R\$30.000,00	R\$29.996,25	R\$3,75	3	4	7	Cultivo Protegido	R\$ 25625,0	101,28	1	I
55	Alto do Porto	Linha Tissiane	Rio dos Índios	R\$130.000,00	R\$130.282,52	-R\$282,52	13	1	14	Bovinocultura de Leite e Corte e Culturas Anuais	R\$ 72200,0	55,54	1	I
R56	Associação Ovinocultura Novo Rumo	Linha Loureiro	Caxambú do Sul	R\$40.000,00	R\$39.974,89	R\$25,11	4	3	7	Ovinocultura e Melancia	R\$ 12300,0	38,44	1	I
R57	Associação Volta Grande	Linha Volta Grande	Caxambú do Sul	R\$20.000,00	R\$20.000,00	R\$0,00	2	5	7	Cultivo Protegido e Irrigação	R\$ 30000,0	194,55	1	I
R58	Associação Alto Alegre	Alto Alegre	Alpestre	R\$100.000,00	R\$99.976,08	R\$23,92	10	2	12	Bovinocultura de Corte	R\$ 94250,0	94,25	1	M
R59	Associação Ponto Norte	Sede	Alpestre	R\$200.000,00	R\$199.947,97	R\$52,03	20	2	22	Bovinocultura de Corte e Ovinocultura	R\$ 200690,0	89,59	1	M
R60	Associação Aqrialpes	Alto Feliz	Alpestre	R\$50.000,00	R\$50.000,00	R\$0,00	5	5	10	Bovinocultura de Leite e Corte	R\$ 60050,0	75,06	1	M
R61	Associação Amigos Linha Riva	Linha Riva	Alpestre	R\$40.000,00	R\$40.000,00	R\$0,00	4	5	9	Bovinocultura de Corte e Culturas Anuais	R\$ 26075,0	52,15	1	I
R62	Igualdade a Todos	L. Pinheirinho, S. José e Auler	Paial	R\$50.000,00	R\$49.900,00	R\$100,00	5	3	8	Bovino de Leite	R\$ 31225,0	62,45	1	I
R65	Criadores Tope da Serra	Linha Menezes	Nonoai	R\$20.000,00	R\$20.000,00	R\$0,00	2	5	7	Bovino de Leite	R\$ 17600,0	70,40	1	I
	Total			R\$4.070.000,00	R\$4.094.375,62	-R\$24.375,62	407,00	255,00	662,00		R\$2.951.366,10	79,51	61	

% Gasto até 22/02/2010 em relação ao valor orçado	100,60%
% adesão público beneficiário	59,94%
Total Beneficiários + Não Beneficiários	662,00
Público Inicial Beneficiário	679,00
% Pessoas envolvidas no Projeto comparado ao público inicial	97,50%
Estimativa Valor de retorno (R\$/R\$ investido)	0,72

Comparativo			
Carta de Crédito	R\$ 4070000,0	Famílias	407,00
Novo Rumo	R\$4.070.000,00	Famílias	662,00
% Representativo Novo Rumo/C. Crédito	10,00	%	162,65

Área remanescente utilizada (hectares)	325
--	-----

No quadro, o nº dos projetos aparece sequencialmente, sendo que aparecem onze projetos precedidos da letra “R”. As lacunas, e os “Rs”, devem-se ao fato de que ao longo do processo de implantação e configuração das associações houve modificações dos grupos iniciais, em parte sendo eliminadas ou sendo reagrupados participantes que inicialmente não manifestaram interesse em participar, o que se denominou “reescapagem”, por isso a inserção da letra “R” (R11, R32, R44, R56, R57, R58, R59, R60, R61, R62, e R65)

Quadro 04 – Reuniões realizadas para formação e viabilização de projetos (comunidades ou grupos de interesse)

QUADRO RESUMO DE REUNIÕES REALIZADAS				
MUNICÍPIO	Até JULHO/2009		Até AGOSTO/2009	
	REUNIOES	PARTICIPANTES	REUNIOES	PARTICIPANTES
Alpestre	-	-	1	4
Águas de Chapecó	-	-	0	0
Caxambu do Sul	3	17	5	31
Faxinalzinho	-	-	0	0
Nonoai	3**	20	2	5
Guatambu	2	10	2	12
Erval Grande	3	10	2	20
Itatiba do Sul	7	24	6	48
Itá	-	-	0	0
Paial	1	5	5	12
Chapecó	9	36	6	18
Rio dos Índios	5	27	5	73
Total	33	149	34	233

** Reunião de sensibilização com lideranças Municipais.

7. Participação Comunitária e as Comunidades

A fundamentação deste Programa indica a preocupação com as famílias que permanecerão em remanescentes viáveis na região lindeira ao futuro reservatório da UHE Foz do Chapecó. E, visa manter ou melhorar as suas condições de renda, seja através de medidas diretas ou indiretas capazes de potencializar o aumento da produção – melhoria das técnicas produtivas, preservação da qualidade dos solos e/ou adoção de atividades alternativas às tradicionais. (PBA – p.599).

Esta busca de melhoria será determinada pelo processo de reorganização espacial e do próprio sistema de circulação, e organização das áreas lindeiras ao reservatório

– núcleos comunitários, infra-estrutura e vizinhança. Uma vez que essa reorganização fundiária e comunitária possibilitará e implicará readequações do sistema de produção, melhoria e introdução de práticas de conservação do solo, bem como capacitação e difusão de processos e técnicas de produção e comercialização.

Com efeito, a reorganização fundiária e comunitária, com a definição dos ocupantes permanentes se estabelece a partir da conclusão dos processos de negociação e encaminhamentos dos pareceres finais das comissões paritárias. Permitindo, então a partir daí ter-se o desenho definitivo da organização fundiária e a composição social resultante. E, portanto a efetiva definição do público deste programa, qual seja, as famílias que não terão seus remanescentes inviabilizados, as famílias reassentadas em áreas remanescentes reorganizadas e os proprietários futuramente lindeiros ao reservatório.

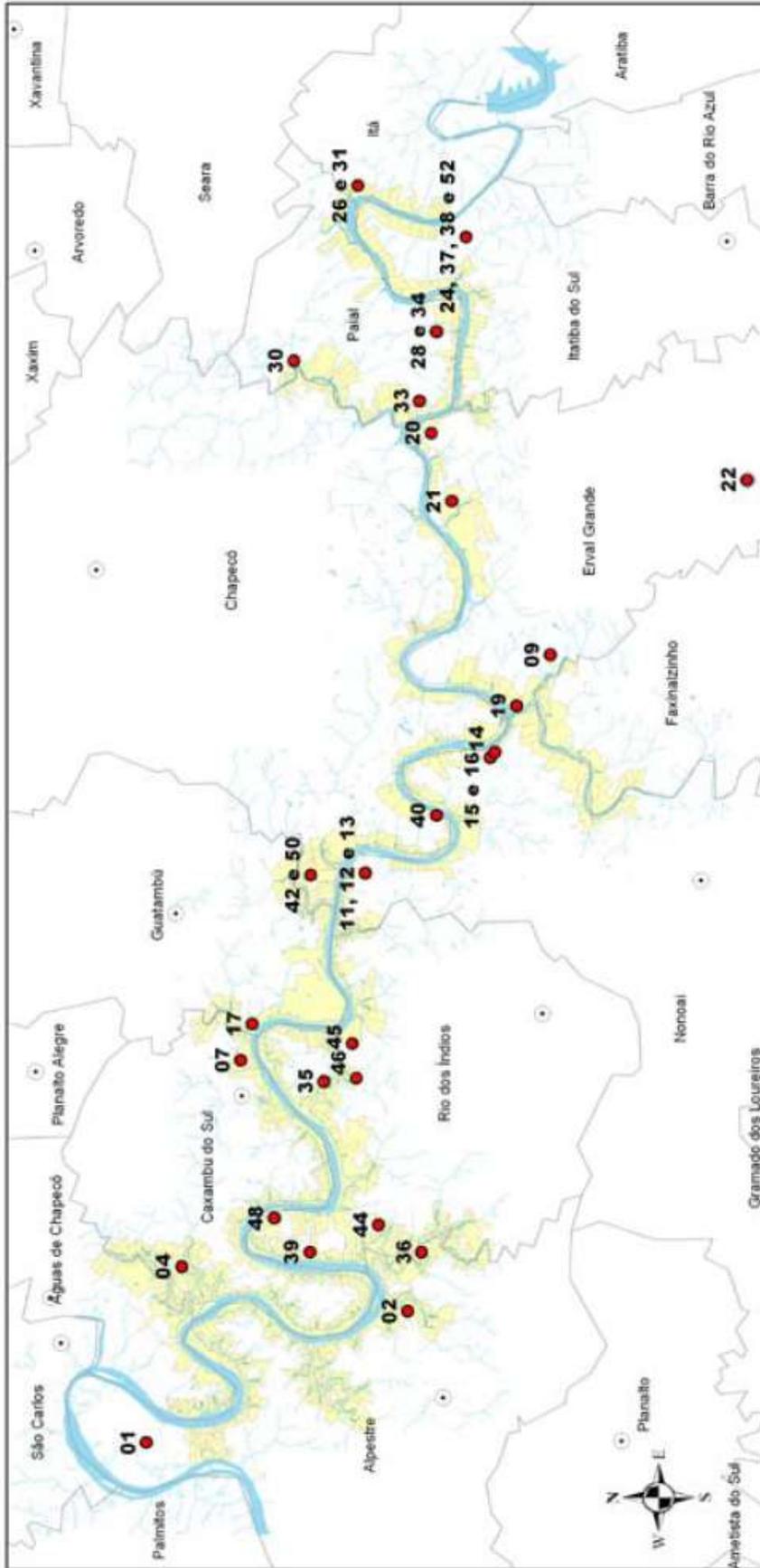
Em virtude deste processo de reconfiguração se estabelece uma estreita relação entre as ações que vem se desenvolvendo referentes ao Programa de Capacitação e Geração de Renda.

Buscou-se aproximação em relação ao processo de formação e capacitação não-formal, o que não se materializou por falta de interesse e conseqüente não adesão as propostas oferecidas, mesmo tendo estas respeitado as manifestações registradas no processo de cadastramento e identificação de interesses. Entretanto, como inicialmente concebido, considerou-se a capacitação para a organização para o trabalho coletivo.

Pretende-se, que as atividades de capacitação seja fator de organização e disseminação de alternativas para a complementação de renda e integração dos projetos às comunidades onde se localizam. Destaca-se que a uma distribuição homogênea dos projetos ao longo da área do futuro reservatório.

Por outro lado, o processo de formação de associações e a participação de pessoas das comunidades nessas associações e nos projetos de renda, mesmo sem o recebimento de benefício da FCE, extrapola e estende o potencial de renda dos projetos às comunidades.

Mapa 01 – Localização dos Projetos do Programa Novo Rumo



Legenda

- Projetos
- Propriedades
- Nivel de Alagamento
- Hidrografia
- Cidades
- Corpos D'agua



Foz do Chapecó
Foz do Chapecó Energia S.A.

Geógrafo Responsável
Luis Bulcão
CREA - 2006976060

**pro
Geta**
Projetos e Gestão Ambiental Ltda

Foz do Chapecó

Foz do Chapecó Energia S.A.



RELATÓRIO FINAL

Programa 20

Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias para as comunidades com perda de população (Programa Comunidades)

Fase Inicial: Mobilização e Diagnóstico

setembro/2011

Sumário

1. Introdução	4
2. Objetivos da proposta	6
2.1 Geral.....	6
2.2 Específicos.....	6
3. Metodologia geral executada para as linhas de ação.....	6
4. Resultados alcançados.....	8
5. Considerações finais.....	14

QUADRO

Quadro 1. Demonstrativo das demandas das famílias, nº de participantes por comunidades nos respectivos municípios do entorno do lago da UHE – Foz do Chapecó. Chapecó. 2011..... 7

ANEXOS

Anexo I – Relação das comunidades atingidas pelo reservatório da UHE – Foz do Chapecó.

Anexo II - Relatórios e fichas de presença das reuniões em cada comunidade

Anexo III – Relação dos principais projetos demandados pelas comunidades

1. Introdução

A implantação de empreendimentos hidrelétricos vem requerendo, cada vez mais, atenção especial à população afetada, sobretudo na prestação de apoio as famílias para a readaptação a nova realidade no entorno do lago formado. Entre as formas de apoio que surtem grande efeito positivo podem ser citadas a capacitação técnica e, as ações sistêmicas para a implantação de projetos e programas na área social.

Em geral são despendidos e investidos recursos financeiros consideráveis para a elaboração de estudos com alta capacidade e conteúdo técnico, porém, especialmente na área social e do desenvolvimento regional a efetividade dos trabalhos não depende apenas do grau de aprofundamento técnico e da especificidade dos conteúdos desenvolvidos. Antes disso, resulta da articulação e complementação das ações numa perspectiva sistêmica.

No caso da UHE Foz do Chapecó foi oportunizado o desenvolvimento de um programa inovador de apoio ao desenvolvimento econômico e social de comunidades lindeiras ao Reservatório, no âmbito do Programa 20 – Apoio as Atividades Agropecuárias, conforme indicado no parecer nº 63/2010 que instrumentalizou a LO.

Neste caso especificamente tomando por referencia o Parecer nº. 63/2010, que subsidiou a concessão da Licença de Operação para a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, processo 02001.002644/98-16, como consta do item VI Analise dos Programas Ambientais, na pagina 108/122 as recomendações referentes ao Programa 20 – Apoio às Atividades Agropecuárias, como segue: *Manter o Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias, incluindo como público alvo as comunidades com perda de população e caracterizadas como impactadas por essa perda. O programa deve visar à criação de alternativas em geração de renda, numa concepção de fortalecimento comunitário dos grupos sociais atendidos.*

O Programa foi concebido e chamado de “Programa Comunidades” sendo, o contrato desenvolvido durante 1 (um) ano, junto às comunidades que perderam população no entorno do lago da UHE – Foz do Chapecó. A filosofia geral do Programa é uma

continuidade do “Programa Novo Rumo” com foco principal na orientação das famílias para a implantação de atividades de renda e para o fortalecimento comunitário.

Neste primeiro ano foram desenvolvidas reuniões com as famílias nas diversas comunidades, com o objetivo de promover o encontro daqueles que ficaram, e discutir sobre novos projetos de vida. Esta forma de abordagem visa quebrar a idéia de perdas e remeter a um novo sentido de grupo e comunidade que, da mesma forma que em outra época, por outras razões se uniu em torno de desejos e sonhos, constituindo-se em uma comunidade.

Este processo é lento e, implica quebrar resistências e construir novas perspectivas, por esse motivo neste primeiro ano, foi possível estabelecer uma fase inicial do programa referente a mobilização e o diagnóstico de potencialidades e interesses. Vale destacar, que este processo é interativo, na medida em que a manifestação de interesses permite mobilizar – as reuniões de mobilização são instrumentos fundamentais para o diagnóstico participativo. Em síntese, percebeu-se a importância de se criar um espaço para manifestação, organizada em perspectiva de futuro.

O programa pode então ser considerado um avanço no sistema elétrico nacional, pois o apoio se direcionou para as famílias não remanejadas e que permaneceram nas suas comunidades, mas sofreram com os impactos da perda de população local. Não se constituiu em ações paternalistas, mas de orientação e de provocação das famílias para a resiliência (capacidade das pessoas se autodeterminarem frente a mudanças, lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas) e para a autogestão.

2. Objetivos da proposta:

2.1. Geral:

Implantação de atividades para apoio ao desenvolvimento socioeconômico de comunidades lindeiras que perderam população.

2.2. Específicos:

- Elaborar e desenvolver diagnósticos participativos;
- Cadastrar e avaliar as demandas de atividades de renda mediante a realização de reuniões coletivas e individuais;
- Elaborar estudos simplificados de atividades de renda com viabilidade técnica e econômica para o desenvolvimento comunitário;
- Propor medidas e sugerir estratégias para a articulação de ações;
- Definir recursos financeiros e fontes.

3. Metodologia geral executada para as linhas de ação:

Foram identificadas as comunidades que perderam população a partir de listas fornecidas pela Foz do Chapecó Energia S. A. que indicavam 82 comunidades distribuídas em 12 municípios (Anexo I).

Diante do amplo universo de comunidades as atividades foram iniciadas pelas mais impactadas pela perda da população. Para potencializar as ações, foram realizadas reuniões agrupando comunidades especialmente nos núcleos com menor número de famílias.

As atividades, nas comunidades, tiveram início pela sensibilização das famílias da comunidade a partir das lideranças locais, para encontros previamente determinados com a equipe PROGETA, para a discussão dos aspectos de reorganização socioeconômica. Visando identificar com legitimidade às aspirações das famílias, as reuniões foram conduzidas de modo que todos os presentes tivessem oportunidade de expressão.

Nas comunidades com expressivo número de famílias foram desenvolvidas duas reuniões: na primeira foi apresentado o programa, efetuado apresentação com recursos de multimídia para a sensibilização de oportunidades de renda a partir de atividades potenciais, identificado as linhas de atividades pretendidas pelas famílias e colhido as demandas de organização social. A segunda realizada após 30 dias, para apresentar o resultado das demandas das linhas de atividades, prestar orientação na implantação dos projetos de renda, organizar os encaminhamentos para a organização socioeconômica da comunidade.

Nas comunidades com pequeno número de famílias foram previamente identificadas as demandas por sondagens, junto aos líderes locais e efetuada apenas uma reunião onde as ações foram desenvolvidas em conjunto.

Na medida do possível, buscou-se articular interesses das comunidades com as linhas de atividades, já desenvolvidas nos projetos de renda das associações de agricultores beneficiários do Programa Novo Rumo. Deste modo, busca-se permitir que estes funcionem como idéias dinamizadoras e fortalecedoras da comunidade. Contudo, visando oportunizar o acesso a novas oportunidades de renda foram apresentadas em todas as reuniões atividades com potencial de implantação observando os aspectos edafoclimáticos, mercadológicos e sociais.

A partir das indicações foram realizados estudos e construídos projetos que foram apresentados em reuniões de retorno às comunidades. O arranjo produtivo das atividades foi montado de forma a projetar uma renda mínima para satisfazer as necessidades básicas das famílias. Muitas atividades foram estudadas em uma unidade de área de 1 ha. Outras em uma escala suficiente para mostrar a viabilidade as famílias. De um modo geral os estudos serviram para comparações entre as atividades oportunizando aos agricultores a tomada de decisão de acordo com suas necessidades e sua realidade.

4. Resultados alcançados

Com a metodologia aplicada foi possível contemplar 45 comunidades abordando 1132 pessoas em 11 municípios, conforme indicam os relatórios e fichas de presença de cada reunião (Anexo II). Houve dificuldade para a mobilização das comunidades dos municípios de Chapecó, Paial, Nonoai e Faxinalzinho sendo que neste último município não foi possível a realização de reuniões.

As dificuldades devem-se, no primeiro caso, a extensão do município e ao grau de urbanização existente. Nos outros três casos, ocorrem em perspectiva inversa, devido à fraca organização social, desarticulação espacial, e a faixa etária da população rural remanescente.

Em todas as comunidades o Programa serviu para oportunizar as famílias a manifestação das suas angústias e lamento diante do sentimento de fragilidade que se encontram. A reação e a postura de “vítimas” foram identificadas na maioria das reuniões realizadas, exigindo esforço da equipe para organizar e conduzir as reuniões de um modo proativo. Serviu também, para uma reflexão entre as famílias de que o destino delas depende muito mais delas do que de instituições ou de fatores externos a região (sentido de autonomia e emancipação).

A metodologia adotada mostrando, através de recursos multimídia, o panorama da agricultura mundial indicando as fragilidades e as potencialidades locais, frente aos cenários mercadológicos, oportunizou as famílias uma reflexão: que se não serviu para tomar decisões, serviu para construir uma base de informações que oportunamente servirão para balizar suas escolhas.

Importante salientar que os participantes externaram dificuldades para conduzir projetos de renda, tais como: descapitalização, enfraquecimento da força de trabalho, receio de novos investimentos, desconfiança em alternativas novas, desânimo, postura apática e paternalista, entre outras que dificultam a mobilização e a sensibilização para ações empreendedoras. Por isso, a grande demanda por atividades como a leiteira, o gado de corte e a fruticultura (citricultura), que são atividades conhecidas, que tem mercado local estabelecido ou que já são adotadas em suas propriedades. Contudo, há famílias, especialmente, as mais jovens, que gostariam de adotar atividades novas, mais rentáveis embora apresentem preocupações com aspectos referentes à comercialização e ao apoio técnico.

As principais demandas para atividades de renda foram apontadas na seguinte ordem de interesse: gado de leite, fruticultura, hortaliças, gado de corte, piscicultura, reflorestamento, cana de açúcar, apicultura, agroindústria vegetal, ovinos, artesanato, conforme Quadro 1 e Anexo II.

Quadro 1. Demonstrativo das demandas das famílias, nº de participantes por comunidades nos respectivos municípios do entorno do lago da UHE – Foz do Chapecó. Chapecó. 2011.

MUNICÍPIO	COMUNIDADES	Nº participantes	DEMANDAS
Águas do	Saltinho do Uruguai	12	Gado de leite

Chapecó			Gado de corte Piscicultura
Caxambu do Sul	L. São Felix L. Secon L. Volta Grande	216	Gado de leite Gado de corte Fruticultura Hortaliças Cana de açúcar Avicultura Piscicultura
	Lajeado Bonito	27	Fruticultura Bovinos de corte
	L. Humaita L. Pompeu L. Loureiro	40	Gado de leite Ovinos Fruticultura Hortaliças Cana de açúcar Agroindústria Piscicultura
Guatambu	L. Porto Chalana L. Lajeado lambedor L. Schneider	23	Ampliação de instalações físicas para agroindústria e para artesanato
Chapecó	L. Barra da Chalana	8	Gado de leite Fruticultura Hortaliças Apicultura Silvicultura Derivados de cana de açúcar
	L. São José do capinzal L. Alto Capinzal	38	Gado de leite Fruticultura Hortaliças Artesanato Agroindústria Apicultura Turismo Rural
Paial	Paial L. Pavão L. Pinheirinho	8	Gado de leite Fruticultura Hortaliças Apicultura Derivados de Cana de açúcar Mandioca congelada Agroindústria
Itatiba do Sul	Porto Mauá	17	Gado de leite

	Barra do Tamanduá		Fruticultura Hortaliças Mandioca congelada Derivados de cana de açúcar
	L. Pitanguinha L. Saltinho	27	Gado de leite Fruticultura Hortaliças Derivados de cana de açúcar
Erval Grande	L. Goio-Em	9	Gado de leite Fruticultura Hortaliças
	L. Praia Bonita L. Marangoni	24	Gado de leite Fruticultura Hortaliças
Faxinalzinho	Zero	Sem participação	-
Nonoai	Olhos D'água	Sem participação	-
	Tope da Chalana	13	Gado de leite Fruticultura Hortaliças Piscicultura
Rio dos Indios	Saltinho I Saltinho II	40	Gado de leite Gado de corte Fruticultura Hortaliças
	Linha Fátima L. Bom Retiro L. Ferron	91	Gado de leite Gado de corte Fruticultura Hortaliças Piscicultura Artesanato Ovinos e caprinos
	São Valentin Monjolo Batinga Baixa Batinga Alta	131	Gado de leite Gado de corte Fruticultura Hortaliças Silvicultura
	Encruzilhada Bela Vista Lajeado Grande L. Riva	15	Gado de leite Fruticultura Hortaliças Agroindústria
Alpestre	Linha Alto Alegre	100	Fruticultura Silvicultura Gado de corte

			Gado de leite
	Lajeado Canudos, Alto Feliz Taquaruçu	54	Gado de leite Hortaliças Fruticultura Gado de corte
	Linha Dom Jose	140	Gado de leite Fruticultura Gado de corte Silvicultura Hortaliças Indústria moveis Corte e costura
	Linha Dois Marcos	53	Gado de leite Fruticultura Hortaliças
	Lajeado Carneiro Cacique Lajeado Grande Linha Riva	45	Gado de leite Fruticultura Culturas anuais Bovinos de corte Silvicultura Agroindústria

Quanto à atividade de agroindústria apontada pelas comunidades referem a:

- a) Caxambu do Sul - Agroindústria de conservas vegetais e agroindústria de embutidos;
- b) Alpestre – Agroindústria de conservas vegetais;
- c) Rio dos Índios – Agroindústria de derivados de frutas e hortaliças;
- d) Paial – Agroindústria de derivados de frutas e hortaliças;
- e) Chapecó – Agroindústria de derivados de frutas e hortaliças.

As hortaliças apontadas para cultivo se referem às de baixa perecibilidade tais como: cenoura, beterraba, cebola, alho, morangas, abóboras e batata doce. Também se referem às de alta perecibilidade cultivadas em sistema protegido tais como: tomate, pimentão, berinjela e alface.

As atividades apontadas como derivados de cana de açúcar se referem ao açúcar mascavo, rapadura e melado.

Na referência de fruticultura deriva-se a citricultura e a viticultura. Embora fosse efetuada motivação para a adoção de outras espécies frutíferas tais como: melancia, melão,

moranguinho, pêssigo, nectarina, caqui, figo, noz pecam, goiaba, entre outras; não houve demonstração de interesse efetivo.

A atividade da piscicultura apontada se refere a tanques redes no lago da UHE – Foz do Chapecó. Contudo, a comunidade de Tope da Chalana – Nonoai também deseja conduzir a atividade da piscicultura em açude por ter disponível esse manancial hídrico.

De posse das demandas das comunidades efetuaram-se os estudos das principais linhas de atividades, onde foram elaborados projetos que mostraram viabilidade técnica e econômica. Foram eles: apicultura, atividade leiteira, bovinos de corte, citricultura, viticultura, cultura do maracujá azedo, piscicultura, silvicultura, batata doce, moranguinho, mandioca, hortaliças (tomate) (Anexo III). Os projetos foram apresentados às comunidades em reuniões chamadas de “retorno” por serem realizadas após a primeira abordagem às famílias.

Por ocasião das reuniões, tanto de sensibilização quanto de retorno para a apresentação dos projetos de renda foram indicadas fontes possíveis de recursos para viabilizar as atividades. Foram também, prestadas orientações sobre formas de articulação com as entidades dos municípios para suportar as atividades de renda tais como:

- Articulação das empresas, entidades ou instituições locais (Secretaria Municipal da Agricultura, EMATER/EPAGRI, cooperativas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais) para apoio a atividades agrícolas e pecuárias (integração, assistência técnica, apoio com máquinas e equipamentos, troca-troca de sementes e insumos, aquisição da produção e, etc.);
- Articulação de instituições (SEBRAE, SENAR, EPAGRI, EMATER) para qualificação dos agricultores em temas ligados ao setor rural (tecnologia de produção vegetal ou de produção animal, comercialização, gerenciamento rural, entre outros);

Houve dificuldade para a mobilização das famílias em inúmeras comunidades especialmente nas menores onde não foi possível realizar reuniões.

5. Considerações finais

Ao final do trabalho do Programa Comunidades observou-se que as famílias temem atividades novas, mesmo aquelas demonstradas mais rentáveis com estudos de viabilidade técnica e econômica, pelas incertezas e dificuldades de condução. O temor decorre principalmente dos seguintes fatores:

- a) Falta de mão de obra;
- b) Descapitalização;
- c) Falta da visualização concreta de mercado;
- d) Resistência ou o desafio para aprender novas atividades.

A permanência na condução de atividades conhecidas, embora com baixa rentabilidade, traz conforto quanto à certeza de mercado e apoio necessário quanto aos insumos e equipamentos na condução do processo de produção.

A dificuldade de mobilização das famílias em muitos municípios e comunidades se deve principalmente a falta de liderança entre as famílias e principalmente a desmobilização dos núcleos familiares para atividades ligadas à agricultura e a pecuária. Inúmeras comunidades possuem famílias com força de trabalho ocupada fora da propriedade, remunerada por salários, diárias ou parceria. A urgência ou a necessidade de dinheiro em curto prazo para as famílias fazerem frente as suas necessidades remetem a força de trabalho do núcleo familiar às cidades ou a vizinhança, para exercerem ocupações diversas as tradicionais da família (agricultura ou pecuária), mas que garantem no final do dia, da semana ou do mês receitas que na propriedade teriam dificuldade de obter.

O insumo mais importante para a maioria das é o conhecimento e o acompanhamento técnico, primeiro das atividades que já exercem e, na sequência, de atividades novas. Aliado a isso, é necessário um Programa de apoio financeiro para impulsionar as atividades das famílias, pois a maioria não tem mais capacidade de endividamento nas agências financeiras locais.

Conclui-se que as famílias que são mais bem capitalizadas e possuem mão de obra permanecerão no meio rural exercendo atividades que lhes são favoráveis. No entanto, as famílias carentes nestes aspectos deixarão o meio rural em busca de atividades compatíveis com a situação do núcleo familiar.

Recomenda-se a continuidade do Programa Comunidades, sobretudo no aporte de Assistência Técnica e de recursos para suportar novas ou a ampliação de atividades de alta agregação de valor.